

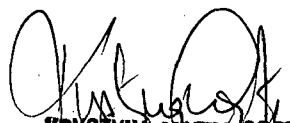
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

VILA APARECIDA: UM ESBOÇO DE SUA HISTÓRIA
RELATADO POR SEUS SUJEITOS

Aprovado Pelo DSS
Em ___/___/___


KRYSTYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

Monografia apresentada ao
Departamento de Serviço Social
da Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do título
de Assistente Social pela
acadêmica

Carmem Lúcia Costa

Florianópolis (SC), novembro de 1995

AJUDA A CONSTRUIR A NOVA HISTÓRIA

*A opressão não é rotina da história humana.
É o desafio trágico
de vidas machucadas,
 oprimidas,
 marginalizadas,
 manipuladas*

*que gritam
e imploram
para ajudarem a quebrar
as correntes que as trazem
 agrilhoadas.*

*A opressão
é a negação, o estrangulamento
da vocação histórica dos teus irmãos*

*Escuta este clamor imenso
dos deserdados da terra
impedidos de SER
por causa do julgo do ter.*

*Não ouves os gritos dos
 esfarrapados,
 roubados,
 aprisionados
 torturados,
 esfomeados,
 andrajos
das ruas do mundo?
Rompe a crosta de tua insensibilidade
e não fiques esterilizado
às mãos que prá ti se lançam*

esperando que seja sinal de esperança.

*O que adianta
estares capitalizado nas tuas pesquisas
refugiado nas tuas teorias?
Não será tudo isto, por acaso, uma fuga
impedindo o raiar do novo dia?
Não sentes, te rondando
o perigo da opressão?
Não sejas mais uma vítima
que abre as portas à traição
de quem hoje te beija
e, amanhã, te rejeita.*

*Encara o desafio.
Rompe teu comodismo.
Foge deste trágico "status"
de quem está habituado
a viver sempre ajustado.*

*Aceita o desafio!
Ele te impele
instiga,
fustiga,
morde,
dilacera
e faz sangrar.*

*Chegou tua hora
- hora bendita -
de ajudares a restaurar
a vocação fundamental de teus irmãos:
SUJEITOS DO SEU AGIR E DA SUA HISTÓRIA!*

*Se não te incomodares
o desafio não te dará sossego
pois ele não deixa em paz
aqueles que pensam
que a vida
é brisa de mar*

*que só traz carícias
sem machucar.*

*Machuca-te neste desafio
único e verdadeiro
e verás que a história
a nova história
feita pelos HOMENS - SUJEITOS
surgirá
porque te deixaste ferir
te deixaste sangrar
no amor de LIBERTAR!*

J. SIMÕES JORGE.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POLÍTICO-SOCIAL: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS NO PROCESSO DE EMPOBRECIMENTO.....	8
1.1 No Brasil.....	8
1.2 No Estado de Santa Catarina.....	16
1.3 Em Florianópolis.....	20
2 CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE A VILA APARECIDA.....	26
2.1 Uma nova ocupação desencadeando o trabalho na Vila Aparecida.....	26
2.2 Vila Aparecida - Fragmentos de uma História.....	35
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
5 ANEXOS.....	55

INTRODUÇÃO

Para entendermos o surgimento das áreas periféricas em Florianópolis, temos que nos reportarmos ao próprio sistema capitalista, esse que exclui, segmenta e institui a proliferação do empobrecimento da população.

A cidade para o sistema capitalista representa a concentração da estrutura necessária à instalação e produção industrial. "A cidade não é de modo algum um fenômeno autônomo, sujeito a leis de desenvolvimento distintas, das leis da acumulação capitalista" (LOIHINE, 1981 : 222) ,a partir desse comentário reforçamos a reflexão a respeito do empobrecimento da população gerado pelo sistema capitalista. Esse sistema enfoca a idéia de propriedade privada, sem deixar espaço para a propriedade coletiva, levando muitas pessoas empobrecidas a optarem por formas alternativas de suprir a necessidade de moradia.

Em Florianópolis existem atualmente 46 áreas carentes sendo, 28 (vinte e oito) na ilha e 18 (dezoito) no lado continental da cidade. Dentre elas inclui-se a Vila Aparecida.

Para realização deste trabalho optamos em utilizar a técnica de História Oral. No transcorrer da pesquisa procuramos entrevistar os moradores mais antigos da Vila, para podermos extrair as informações necessárias para compor este trabalho.

No primeiro capítulo trataremos sobre um pequeno esboço do desenvolvimento econômico, político-social, suas causas e conseqüências no processo de empobrecimento da população brasileira, catarinense e florianópolisita nas últimas décadas.

O segundo capítulo tratar-se-á da fragmentação do resgate histórico da Vila Aparecida, iniciando com o relato sobre a ocupação do Morro do Arranha Céu, que conseqüentemente, desencadeou o trabalho na Vila Aparecida.

1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POLÍTICO-SOCIAL: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS NO PROCESSO DE EMPOBRECIMENTO

1.1 No Brasil

O Brasil, como o mundo, enfrenta uma crise geral.

Um país como o nosso rico, em recursos naturais, possui um cenário de miséria, onde mais de 25% da população vive em precárias condições de vida. Esse cenário é resultante de um processo histórico, onde o país acentuou sua dependência do capitalismo internacional.

Para compreendermos melhor como foi montado esse cenário, temos que nos reportar aos determinantes históricos que ocasionaram tal dependência.

Na década de 30, ocorre uma fundamental mudança no modelo econômico do país, que deixa de ser agrário e passa a ser industrial estimulando a saída do homem do campo para a cidade. A mudança do modelo econômico do país é incentivada pelas elites dominantes da época, apoiadas pelo capitalismo internacional, principalmente os norte-americanos.

A princípio, a industrialização, no Brasil, tem seu início devido à cafeicultura. “É nessa época (antes de 1930) que ocorre a metamorfose do excedente agrário em capital industrial. Ainda que esse processo não seja único, na primeira época da industrialização, os capitais aplicados no setor fabril são originários do setor cafeeiro.

Direta e indiretamente, a cafeicultura alimenta o estágio inicial da industrialização”. (Ianni, 1988 : 32-33)

No Estado Novo (1937 - 1945), a questão econômica do país, durante esse período, contou com a diversificação no meio agrário, com a criação dos Institutos do Açúcar e do Alcool, principalmente, e com novas técnicas de cultivo além do repasse, para outros plantios, de capital anteriormente destinado ao café. O país, durante esse período, adota importantes complexos industriais nos setores de mineração, petróleo, geração e transmissão de energia elétrica, siderurgia e química básica.

Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), o processo de industrialização, no país, é forçado pela substituição de importações, principalmente de bens de consumo até então importados, uma vez que outros países em circunstância de guerra preocupavam-se com a indústria bélica. A Segunda Guerra ocasionou a redução das importações brasileiras em aproximadamente 40%, favorecendo o desenvolvimento da indústria nacional.

Foi nesse contexto do desenvolvimento da indústria brasileira que houve maior aproximação entre Brasil e Estados Unidos. O governo norte americano coloca à disposição do Brasil empréstimos a longo prazo em troca de garantia para suas bases militares. Assim inicia-se a dependência nacional dos recursos estrangeiros, quando os Estados Unidos financiaram a Companhia Siderúrgica Nacional com a construção da Usina de Volta Redonda no ano de 1942.

"Em 1945, acontecem as eleições nacionais, e são retomados os princípios do liberalismo político e econômico, servindo, principalmente, aos interesses mais imediatos da empresa privada nacional e estrangeira, sob a hegemonia dos Estados Unidos". (Ribeiro, et alli 1984:10)

No governo de Eurico Gaspar Dutra, o país é governado por uma postura conservadora. Com a política econômica liberal, o general Dutra incentiva as iniciativas individuais, ponto chave do liberalismo, dificultando o desenvolvimento de uma política coletiva, em particular da classe trabalhadora.

Entretanto, é na década de 50 que as bases da economia urbano-industrial se consolidam. A industrialização brasileira começa a acelerar o seu crescimento, e "é marcada pela passagem da industrialização espontânea à industrialização planejada" (Castro, 1992, : 107).

"O capitalismo passa a exigir um mercado consumidor, uma força de trabalho e serviços relacionados com a produção e reprodução" (Ribeiro et alli 1984 : 10-11).

O antagonismo entre as classes torna-se mais configurado e representativo à medida que progride, nesse momento, a divisão social do trabalho e a diferenciação social da sociedade brasileira, gerando problemas sociais e urbanos.

Com as eleições do dia 03 de outubro de 1950, Getúlio Vargas é eleito presidente da República pela segunda vez, e reassume o poder com a campanha em favor da industrialização nacionalista.

O Estado passa a atuar mais fortemente sobre o sistema econômico-financeiro do país.

Como intermediário entre as classes populares e as camadas dominantes da sociedade, Vargas assume sua ação populista, permitindo a existência de um espaço político, no qual as classes populares tinham o poder de mobilização, mesmo controlada pelo Estado.

Entendemos que esse período foi caracterizado pela participação das classes populares urbanas nas decisões políticas do país mesmo sob o controle do Estado, tendo este o objetivo de controlar as tensões sociais.

Se, por um lado, a população urbana tinha um "certo grau" de participação política, o mesmo não acontecia com a população rural, como forma de garantir a forte aliança entre Estado e burguesia industrial, pois a época revelava o forte impulso à industrialização brasileira.

Durante o segundo período getulista, a política social brasileira limitou-se a um conjunto de ações setorizadas no âmbito da educação, saúde pública, habitação popular, previdência social e assistência social.

Com o suicídio de Getúlio Vargas, aos 24 de agosto de 1954, sob a pressão dos militares contra o governo, assume o cargo o vice-presidente João Café Filho, que enfrenta grandes tensões sociais, decorrentes da inflação, da política nacionalista e das críticas da oposição, deixadas pela gestão getulista.

No ano de 1956, inicia-se o governo de Juscelino Kubitschek, que assume deliberadamente uma postura desenvolvimentista. É no período de 1956 a 1960 que a indústria, mais do que em outros momentos, passa a dominar o pensamento e a atividade dos governantes e das classes sociais urbanas. A política econômica da época ganha prestígio e valorização; em contrapartida, a política social brasileira é prejudicada em nome da “febre” desenvolvimentista. Ao contrário da política nacionalista de Vargas, JK abre a economia ao capital estrangeiro.

Durante a gestão juelista, as classes populares tiveram a possibilidade de “participar” na luta política; no entanto, respeitando limites os quais mais severos do que os concedidos durante a gestão getulista.

Em relação à política social, não houve transformações visíveis, capazes de alterar o quadro de miséria e das precárias condições de vida da maioria da população.

Nos anos de 1961 a 1964, sob os mandatos de Jânio Quadros e João Goulart, em particular durante a gestão janista, a questão rural foi, de alguma forma, considerada, pois Jânio desejava através de suas reformas de governo “reformular” a situação do campo, acompanhando os preceitos constitucionais. “A mudança nesse setor surgiria através “de um estatuto da terra”, que viesse a favorecer o desenvolvimento rural, a proteção aos trabalhadores agrícolas e a defesa dos proprietários de minifúndios”. (Vieira, 1985 : 135)

A interrupção dos mandatos presidenciais de Jânio Quadros e João Goulart põe fim ao anseio da população brasileira de ver posta em prática a justiça social, que diminuísse os privilégios da classe dominante.

A década de 60 é marcada por um importante fato, o golpe militar de 64 que incentiva a industrialização, produzindo-se bens de consumo sofisticados de tecnologia estrangeira da qual apenas uma pequena parcela da população brasileira poderia usufruir.

Os mandatos repressivos dos presidentes Castelo Branco e Costa e Silva (1964 - 1969) impediram a participação das classes populares no processo político do país. O modelo autoritário adotado na época utilizava medidas repressivas a todos que fossem contrários à ordem estabelecida.

Segundo Abramides (Apud Ribeiro, et alli 1994 : 12),

“Esse modelo autoritário implicou um divórcio entre a sociedade civil e o Estado, isto é, o Estado passa a impedir qualquer possibilidade de participação política através de instituições que pudessem servir de canais de participação popular, cuja função seria expressar as vontades daqueles que não participam diretamente do exercício do poder”.

No ano de 1964, sob o mandato do presidente Castelo Branco, é criado o Banco Nacional de Habitação - BNH, com o "objetivo de facilitar o acesso à habitação para as classes populares. Depois constituiu-se no financiador da promoção imobiliária". (COHENE, 1993 : 13)

De fato, o que deveria servir de benefício para a classe trabalhadora, tornou-se um poderoso instrumento de acumulação. Grande parte dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS passa a financiar habitações para famílias com renda superior a 10 salários mínimos em detrimento do atendimento de famílias carentes.

Em decorrência desse fator de exclusão social ou seja, a falta de moradia, inúmeras favelas, cortiços e mocambos vão surgindo como única alternativa de sobrevivência para a população marginalizada.

Com o início dos anos 70, sob o governo de Garrastazu Médice (1969 - 1964), a classe trabalhadora é, mais uma vez, massacrada pela burguesia dominante. Em nome do “milagre econômico”, a burguesia, militares, classe média, entre outros, apoiam politicamente a ditadura.

A economia brasileira cresce em ritmo acelerado, utilizando a tática de acumulação e de consumo.

Em 1974, a conjuntura interna e externa do país demonstra que o crescimento econômico havia sido frágil. Aqueles que, no início, apoiaram a política econômica do “milagre” passam a perceber que esta veio favorecer uma minoria cada vez mais reduzida com a concentração de renda cada vez maior.

Partindo do que foi exposto, podemos observar o quanto a população brasileira foi sendo excluída do processo de desenvolvimento do país.

Ao longo desses anos, milhares de brasileiros sofrem com uma pauperização desenfreada, caracterizada pela falta de moradia, desemprego, baixos salários, mortalidade infantil, crescimento da criminalidade etc..

Como se sabe, é através dessa exclusão que o sistema econômico de origem capitalista mantém sua supremacia.

Diante do que foi exposto sobre o desenvolvimento econômico-político social no país, torna-se necessário percebermos como o processo se deu a nível estadual.

1.2 No Estado de Santa Catarina

O estado catarinense até a década de 30, possuía uma economia bastante rudimentar de pequenas propriedades, e a policultura como principal atividade.

Temos a revolução de 1930 como o ponto inicial para a colonização do território catarinense, principalmente no médio e extremo oeste. Essa crise foi responsável pelo grande fluxo colonizador do estado.

Em circunstância da 2ª. Guerra Mundial (1939 - 1945), a economia catarinense sofreu alguns impactos; em relação às importações, essas são interrompidas, pois a Alemanha, o país fornecedor e com o qual o estado catarinense mantinha intercâmbio comercial, entra na guerra. O estado importava desse país algumas matérias primas e máquinas, estas, fundamentais para seu desenvolvimento industrial.

É no período entre as décadas de trinta a cinquenta que a economia catarinense sofre alguma transformação. Os principais produtos responsáveis por essa transformação são, principalmente, o metalmeccânico e os derivados da madeira (papel, celulose, etc.), os ramos mais dinâmicos da economia na época.

O estado, entretanto, possuía poucas estradas, a rede rodoviária era o principal entrave para o desenvolvimento de Santa Catarina. Faltavam estradas para o escoamento da produção agrícola e industrial. A integração com os outros estados brasileiros era feita através da BR 2, atualmente denominada BR 116, e, posteriormente, feita pela BR 101, ligando, pelo litoral o estado catarinense aos estados vizinhos (Rio Grande do Sul e Paraná).

O outro entrave, na época, era a falta de energia elétrica, que contribuiu para frear seu desenvolvimento.

Em 1953, o quadro¹ de energia elétrica, no estado catarinense, estava assim resumido:

Áreas de Localização	Potência Instalada (KW)
Litoral de Florianópolis	1.642
Litoral de Laguna	17.533
Bacia do Itajaí	18.045
Litoral de São Francisco	15.045
Planalto de Canoinhas	225
Campos de Lages	1.336
Zona de Joaçaba	2.014
Zona de Chapecó	280
Total	56.527

Fonte: PIAZZA (1983 : 670)

O estado possuía uma estrutura de eletrificação muito rudimentar em meio ao processo de industrialização que se estava iniciando.

Em 1957, o governo Jorge Lacerda liderou a implantação da SOTELCA - Sociedade Termoelétrica do Capivari, para atender as necessidades do Estado.

Não parando por aí, a partir de 1960, o governo de Irineu Bornhausen demonstra, também, bastante preocupação em relação à energia elétrica do estado; a partir de então, inicia-se um plano de eletrificação.

É o que podemos verificar no quadro² a seguir:

Ano	Potência Instalada		
	Hidráulica	Potência	Total
1960	54.293,0	47.240,6	101.543,6
1961	59.386,0	52.235,0	111.621,0
1962	61.164,4	68.262,0	129.426,6
1963	73.292,4	73.295,0	146.587,4
1964	92.700,4	73.487,8	166.187,4
1965	97.253,4	118.024,0	215.277,4
1966	102.868,4	117.880,0	220.748,4
1967	103.660,0	116.343,2	270.003,4
1968	99.314,0	170.322,0	269.636,0
1969	98.704,0	183.361,0	282.065,0

Fonte: PIAZZA (1983 : 670)

A partir desse momento, tem-se consciência do valor da energia elétrica para o desenvolvimento do estado catarinense.

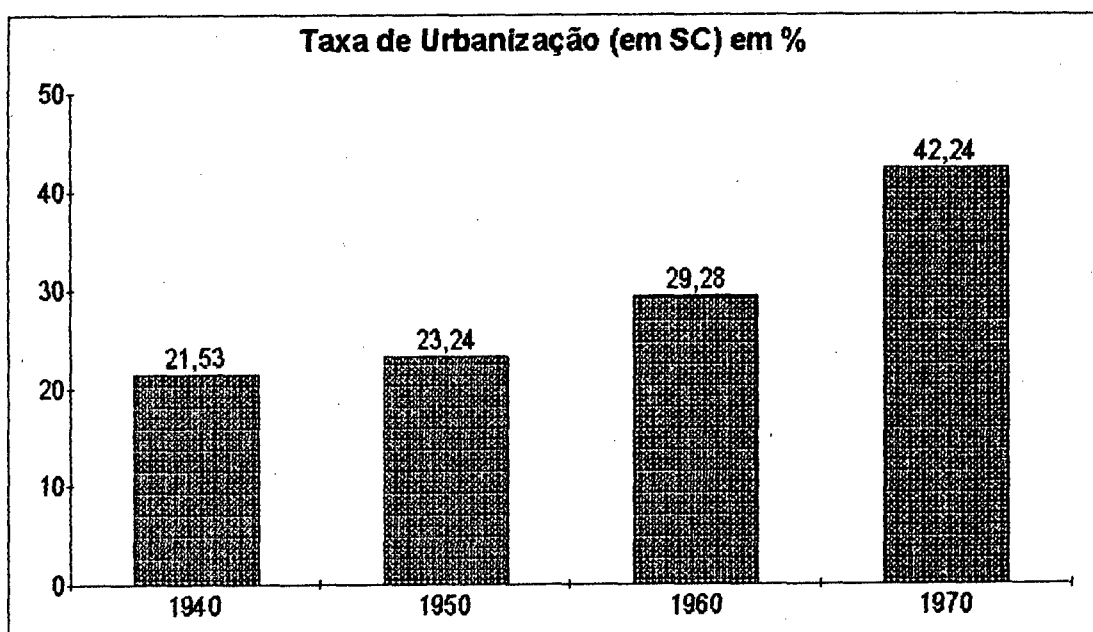
Em relação à urbanização, o estado de Santa Catarina teve um processo lento anterior a 1940. O processo de urbanização não teve expressão, limitando-se ao campo, principalmente nas serrarias e engenhos de açúcar e de farinha.

A partir da década de 40 a 50, a urbanização começa (mesmo lentamente) a se desenvolver devido ao sistema de transporte entre os centros urbanos da época, para o escoamento da produção do estado.

Já, na década de 60, devido ao crescimento do comércio, à especialização da agricultura e à estruturação da agroindústria, a divisão do trabalho se acentua, gradativamente, em todo o estado.

A partir de 1970, Santa Catarina passa a ter altas taxas de crescimento demográfico, onde as atividades industriais passam a remanejar a população, no sentido de distribuí-la nas regiões de economia de ramos mais dinâmicos como metalurgia, têxtil, celulose entre outros (Joinville, Blumenau, etc.).

É o que podemos verificar no gráfico a seguir.



Fonte: IBGE/SC¹

¹ IBGE/SC divulgado na imprensa. Diário Catarinense 05/11/95.

A partir do que foi exposto sobre o desenvolvimento econômico-político social no país, no Estado de Santa Catarina torna-se necessário verificarmos a repercussão do processo, particularmente, na cidade de Florianópolis.

1.3. Em Florianópolis

A mudança do modelo econômico do país, na década de 30, não influenciou no desenvolvimento da cidade de Florianópolis (antiga Desterro).

Para se ter uma idéia, o governo federal não demonstrou nenhuma preocupação com a Capital do Estado de Santa Catarina durante algum tempo. Um exemplo desse descomprometimento foi a insuficiência de energia elétrica na capital, elemento básico para o desenvolvimento de qualquer cidade.

Com o início dos anos cinquenta a cidade passa a acelerar seu desenvolvimento urbano.

A nova rede elétrica da cidade é ligada à Termoelétrica de Capivari, em Tubarão, possibilitando para a cidade “um novo comércio de artigos eletrodomésticos, impulsionando, assim, um desenvolvimento das oportunidades de emprego dentro do setor de prestação de serviços” (PEREIRA, 1974 : 121).

Por se tratar de um centro político-administrativo, a cidade de Florianópolis teve seu setor terciário bastante desenvolvido, sendo um importante gerador de empregos vinculados à prestação de serviços e ao comércio, duas atividades essenciais para a manutenção da capital.

Sem contar com mercados consumidores, e não possuindo regiões produtoras de matérias primas, a cidade não se destacou como centro econômico.

Em relação à indústria, esta também foi bastante prejudicada, pois faltou para o município um melhor entrosamento com outras cidades do Estado como: Joinville, Blumenau e Região que possuíam uma economia industrial já bastante desenvolvida, e enfrentou a escassez de energia, pois, mesmo com a nova rede elétrica instalada, esta não era suficiente para o desenvolvimento da cidade na época, meados da década de 60.

Entre as décadas de cinquenta a setenta, a cidade passa por algumas transformações.

Segundo PEREIRA (1974 : 121),

“Solidifica-se a população nessa ocasião; o mundo inteiro passava por nova fisionomia. Ponteava o Estado intervencionista. As indústrias do Alto Vale do Itajaí entravam em estagnação; culturalmente, se firmava Florianópolis como capital do Estado; a cidade é

reabastecida de água e energia elétrica em condições normais; surge, ainda que efêmero, novo impulso no transporte de cabotagem; Há ampliação dos serviços públicos pela intervenção do Estado nos campos de saúde e da educação, aumentando em muito as oportunidades de emprego no setor terciário, etc.”.

Com a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em 1962, a cidade ganha um novo incentivo para seu desenvolvimento. A UFSC trouxe para a cidade de Florianópolis a oportunidade de crescimento para outros setores como a indústria da construção civil, e a ampliação dos serviços públicos, que já empregavam a maior parte da população florianópolisita.

O desenvolvimento da cidade, nessa época, veio desencadear um processo de migração significativo em relação às décadas de 30 e 40, quando a cidade passou por uma fase de estagnação desfavorecendo os fluxos migratórios.

A imigração para a cidade de Florianópolis foi proveniente de alguns municípios que fazem parte da micro-região. Podemos destacar alguns municípios que foram fornecedores de habitantes, como são os casos de: Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Rancho Queimado, Águas Mornas, Anitápolis e Antônio Carlos.

O crescimento do lado continental da cidade deu-se nos bairros Estreito (antigo distrito de João Pessoa) e Barreiros. Particularmente, o bairro do Estreito denominou-se, naquela época, como o subúrbio da cidade, pois era onde residia a população mais pobre.

O fluxo migratório pôde “ser considerado como de êxodo rural, pois os municípios de onde procedem, (...), funcionam como área rural da cidade de Florianópolis (PEREIRA, 1974 : 125).

Como a maioria das cidades brasileiras, Florianópolis não oferece o mínimo de infra-estrutura para os que chegam em busca de melhores condições de vida.

Conseqüentemente, o número de favelas vai crescendo assustadoramente, gerando uma situação social agravante.

O modelo econômico urbano/industrial, adotado pelo país nas últimas décadas, teve como principal causa o êxodo rural. E este se constitui no principal fator de atração do homem do campo para a cidade; é a demanda de força de trabalho gerada pelas indústrias e pela expansão dos serviços em geral.

O êxodo rural tem como causas estruturais os fatores de mudança social, determinados pela introdução de relações de produção capitalista nas áreas rurais, gerando desemprego, devido ao uso de máquinas e de mão-de-obra especializada. Os fatores da estagnação verificada no meio rural, onde o crescimento vegetativo da população não acompanha o desenvolvimento

econômico, e, também, a falta de uma política agrária no país (a reforma agrária) são grandes causas da crescente migração e do grande inchamento dos centros urbanos em todo o Brasil.

A grande concentração da população na área urbana, além de gerar muitos problemas, gera, também, muitos gastos para o poder público.

Segundo Olinger (1991 : 74),

"Os gastos que o poder público despense direta e indiretamente com um favelado urbano são acima de três vezes maiores do que o suficiente para mantê-lo no meio rural como produtor, sem contar com os danos causados às pessoas e ao meio ambiente urbanos".

As relações de produção capitalista, ou seja, as relações de trabalho entre os homens e destes com os meios de produção, como terras, máquinas, etc. transformam trabalhadores em marginalizados, pois tais relações são determinadas pelo capital.

O capitalismo transforma tudo em mercadoria, inclusive o trabalho, apropria-se do produto produzido socialmente. O individualismo é sua ideologia.

O desenvolvimento do capitalismo no meio rural mantém a estrutura latifundiária, baseada na concentração de muitas terras na mão de poucos alterando a base técnica da produção.

Os grandes proprietários de terras começam a industrializar, cada vez mais, o campo com máquinas que aceleram a produção, e que, geralmente, reduzem a mão-de-obra, gerando migrações forçadas, pois parte dos agricultores ficam ociosos. A partir daí, famílias inteiras deixam seu lugar de origem para tentar uma vida melhor na cidade.

O capitalismo sutilmente exerce sobre elas um poder de manipulação, fazendo com que milhares de pessoas vivam em condições sub humanas, em barracos sem o mínimo de infra-estrutura básica para que vivam com dignidade. Os que fogem da pobreza relativa do campo mergulham na miséria absoluta da cidade, e se deparam com a dura realidade: falta de moradia, onde as mínimas condições de higiene são precárias, falta de saneamento básico, de escolas, de transporte, de assistência entre tantos outros problemas enfrentados.

A cidade grande deixa de ser um "cartão postal". Passa a revelar um estado de degradação progressiva e violenta da qualidade de vida da população marginalizada.

2 CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE A VILA APARECIDA

2.1 Uma nova ocupação desencadeando o trabalho na Vila Aparecida.

Nas últimas décadas, no Brasil, não existiram efetivamente políticas para a fixação do homem no campo.

Em consequência disso, milhares de famílias deixam o campo e vêm para a cidade, originando as inúmeras favelas que se formam ano após ano.

Tanto no país, como no Estado e, em particular, na cidade de Florianópolis, tal realidade faz-se presente de forma aparente.

Como já foi exposto no primeiro capítulo, Florianópolis, como centro administrativo, e possuindo o setor terciário bastante desenvolvido, torna-se um

lugar atrativo para a população empobrecida, oriunda de outras regiões do Estado e, também, do país.

A cidade não oferece o mínimo de infra-estrutura urbana para os que chegam; a população vai ocupando áreas carentes, gerando o deslanchar do processo de favelização.

Vivendo em áreas desprovidas de infra-estrutura básica, a população carente enfrenta uma série de problemas sociais como o desemprego, que é a principal causa do estado de pobreza em que vivem, a desqualificação profissional, o analfabetismo, a desestruturação familiar, a evasão escolar e outros problemas, como a falta de políticas de saúde, educação, etc..

Não existe nenhum trabalho mais expressivo em relação à essa temática; o estudo mais recente feito na capital sobre o número de comunidades carentes existentes em Florianópolis refere-se a um perfil, que mostra as principais características das comunidades, como sua localização, número de famílias, infra-estrutura existente na área, situação habitacional, principais problemas sociais, entre outros.

Segundo dados desse perfil, existe na cidade de Florianópolis, um total de 46 áreas, onde há concentração de população de baixa renda, sendo que 28 (vinte e oito) áreas localizam-se na ilha e 18 (dezoito) no lado continental da cidade. (Ver anexos 1 e 2)

Esse perfil foi elaborado no ano de 1992 quando o Departamento de Desenvolvimento Social da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social passa a fazer um trabalho articulado com o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, dando início à pesquisa de campo denominada "Perfil das Comunidades Carentes do Município", concluída em 1993. Partindo desse perfil, a Divisão de Ação Comunitária² pertencente ao Departamento de Desenvolvimento Social fundamenta-se para a elaboração do projeto de descentralização das ações, priorizando a área continental do município.

Dentre as 18 áreas localizadas no continente, a Divisão de Ação Comunitária tinha como meta implementar seu programa em 11 comunidades carentes, quais sejam: Jardim Ilha Continente, Morro da Caixa, Vila Aparecida I e II, Morro do Arranha-Céu, Novo Horizonte, Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Monte Cristo, Nova Esperança e Santa Terezinha I e Santa Terezinha II.

No intuito de alterar o nível de carência da população dessas áreas, seria imprescindível a articulação entre os vários setores da prefeitura, instituições governamentais e não governamentais que prestam serviços à população, especificamente, as mais carentes.

A Divisão de Ação Comunitária, através do Programa de Atendimento Social em Áreas Carentes do Município, passa a atuar com as seguintes atribuições³:

² Ver organograma anexo 3

³ Conforme dados do Departamento de Desenvolvimento Social.

“-contribuir na definição e implementação de uma política habitacional para o município, prestando assessoria ao Fundo Municipal de Integração Social - FMIS⁴, e desenvolvendo um trabalho social junto aos programas de habitação popular, com atenção às formas de organização e participação das comunidades na sua implantação;

- contribuir na definição e implementação de uma política de participação popular, em articulação com outros setores da Administração Municipal, e prestar apoio e assessoria às organizações populares em seus projetos sociais;

- Desenvolver um trabalho de articulação junto à Prefeitura e outros órgãos (governamentais ou não), com vistas à redução do nível de carência da população das áreas de baixa renda do município”.

O programa tem como principais objetivos:

“- estimular formas de organização e participação das comunidades na implantação dos programas de orientação, para desenvolvimento de projetos sociais, que possibilitem melhorias na qualidade de vida;

- contribuir na instrumentalização das organizações, para que participem na elaboração e implementação coletiva dos projetos sociais que atendem aos interesses populares.

- prestar assessoria técnica ao Fundo Municipal de Integração Social.”

⁴ Fundo Municipal de Integração Social - FMIS, instituído pela Lei nº 3.210 de 03 de julho de 1989 e pela Lei nº 3.769 de 28 de maio de 1992, destina-se ao assentamento de famílias de baixa renda, bem como a sua integração no espaço urbano.

O início dos trabalhos da Divisão de Ação Comunitária na Comunidade Vila Aparecida começou por intermédio de uma nova ocupação no Morro do Arranha-Céu, localizada numa área acima da rua da Fonte, pertencente à Vila Aparecida.

Essa ocupação passou a denominar-se Morro do Arranha-Céu, devido ao fato de estar ao lado de uma ocupação mais antiga que é conhecida por este nome.

A área foi ocupada por famílias provenientes, principalmente, do Oeste catarinense, e por outras famílias que vieram de estados vizinhos como Rio Grande do Sul e Paraná.

Essa ocupação teve seu início nos fins de 1992 e início de 1993, precisamente entre os meses de dezembro e janeiro. Essa era uma área privada que, até hoje, não se sabe precisamente os nomes dos seus reais proprietários..

Logo que soube da ocupação o “proprietário” entrou judicialmente com pedido de reintegração de posse, desencadeando a primeira ordem de despejo para os ocupantes. Sem ter outra saída para resolverem a questão, os ocupantes procuraram auxílio através da Prefeitura, contando com a colaboração do Prefeito recém empossado, Sérgio Grando. Cabe lembrar que o município atualmente é administrado pela Frente Popular (coligação dos partidos: Partido dos Trabalhadores - PT, Partido Democrático Trabalhista - PDT, Partido Popular Socialista - PPS, Partido Verde - PV, Partido Socialista Brasileiro - PSB, Partido

Comunista do Brasil - PC do B, Partido Comunista - PC, Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e o Movimento Social Revolucionário - MSR), cuja proposta consiste em, entre outras, minimizar questões referentes ao déficit habitacional e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Seria esse um bom motivo para os ocupantes da área em questão contarem com o apoio dessa administração.

A Divisão de Ação Comunitária teve como via de acesso, nessa área, o Fundo Municipal de Integração Social - FMIS, que indicava as áreas ocupadas no município.

Em 1993, o Fundo Municipal de Integração Social contava com assessoria dos membros do IPUF, da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, da Companhia de Habitação - COHAB e do Centro de Educação e Evangelização Popular - CEDEP.

Fazendo parte da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social a Divisão de Ação Comunitária passa a atuar na área ocupada.

O trabalho da Divisão no Morro do Arranha Céu teve início com a realização, pelos técnicos, de um cadastro das famílias ali instaladas.

No início, a equipe da Divisão de Ação Comunitária - DAC era bastante reduzida. No ano de 1994, a equipe passou por uma reestruturação com a chegada de mais alguns técnicos, cada qual designado como responsável por determinadas áreas.

A Divisão passou a atender as comunidades, já citadas, nas quais o Fundo Municipal de Integração Social, ou mesmo a DAC, tivessem iniciado algum trabalho, como projetos de urbanização, legalização da área, entre outras necessidades.

Em decorrência da ocupação no Morro do Arranha Céu, a Associação de Moradores da Vila Aparecida sentiu-se no dever de compartilhar o problema juntamente com os moradores da nova ocupação, pois a mesma, geograficamente, faz parte da Vila Aparecida. A Associação de Moradores, como um grupo organizado na comunidade, procurou integrar-se com os ocupantes da área em questão. A partir daí, a Divisão de Ação Comunitária passa a assumir, também, a Vila Aparecida, considerada carente de infra-estrutura, enfrentando problemas decorrentes da inexistência de projeto de urbanização e outros problemas sociais, comuns a todas as áreas carentes da capital.

Através do estágio curricular do curso de graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e por via da Prefeitura Municipal de Florianópolis, particularmente, através da Divisão de Ação Comunitária dá-se início aos trabalhos na Vila Aparecida no ano 1994.

Como já foi exposto anteriormente, a nova ocupação no Morro do Arranha Céu serviu de referencial para o desenvolvimento das ações da prefeitura na Vila Aparecida.

Durante os três semestres de estágio curricular na Vila, foi-se percebendo que seus moradores tinham necessidades diferentes das necessidades dos moradores da ocupação. Por exemplo, na Vila, a desapropriação da área já estava definida; os moradores tinham a garantia de permanência no local, o que não acontecia com os novos ocupantes, razão pela qual os moradores da ocupação participavam constantemente das reuniões comunitárias.

No decorrer do período de estágio, em permanente contato com os moradores da Vila, íamos percebendo questões interessantes. Uma dessas questões era o fato dos moradores da Vila se surpreenderem com as rápidas conquistas obtidas pelos moradores da nova ocupação. O Morro do Arranha Céu obteve algumas conquistas, como água encanada e a ligação da luz elétrica, principalmente no curto período de três anos, o que a Vila levou aproximadamente vinte anos para obter.

Partindo dessa questão, tornou-se fundamental conhecer um pouco mais sobre a Vila Aparecida; saber de que forma aquelas pessoas vieram morar ali e como o lugar se foi transformando gradativamente.

Para obtermos essas informações, realizamos uma pesquisa, utilizando a técnica de História Oral, que é essencialmente uma história de vida. Essa técnica possui um objetivo fundamental - preparar documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelos historiadores do futuro, com a intenção de formar um documento histórico, um material que não tenha sido escrito, até então,

completando os documentos já existentes sobre o referido assunto. Com essa técnica, o pesquisador escolhe determinadas pessoas que possuem experiência e vivência suficiente para esclarecer determinados fatos.

As vantagens dessa técnica é que ela possibilita o acesso a informações que não estão publicadas, bem como manter arquivadas informações prestadas pelos próprios participantes do fato.

Em decorrência da pesquisa realizada na Vila Aparecida, e com intenção de conhecer mais sobre aquele lugar, entrevistamos pessoas como Ana Isabel da Conceição, de 92 anos de idade, moradora da Vila há 30 anos, que chegou no local quando este estava no início de sua formação. Outra entrevistada Evadina Lopes Nunes, de 55 anos, moradora da Vila há 25 anos e uma das primeiras presidentes da Associação de Moradores, e Eloá Mattos de Jesus, de 60 anos de idade, moradora no local aproximadamente 23 anos, pessoa também atuante na Vila.

As pessoas por nós entrevistadas, tiveram e tem bastante importância na formação da Vila e coincidência ou não, são todas mulheres. Através de suas lutas, dia após dia, elas estão sempre mais próximas de mecanismos que auxiliam, de uma forma ou de outra, na conquista de melhores condições de vida para sua família e para o lugar onde moram.

No próximo item, verificaremos o resgate histórico da Vila Aparecida, a partir das entrevistas coletadas.

2.2 Vila Aparecida - Fragmentos de uma História

A Vila Aparecida, conhecida, também, por antigo Morro da "Covanca", "S.F. (Bras.) terreno pouco extenso, cercado de morros, com entrada natural apenas de um lado formando uma espécie de bacia e que é ordinariamente o extremo de um vale ou várzea" (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa 1986), uma comunidade considerada antiga se comparada com as demais existentes em Florianópolis.

Geograficamente, a comunidade Vila Aparecida é dividida em quatro áreas, que são: Vila Aparecida I (ocupada por volta de 1954) e II (ocupada no final de 1960), Morro do Arranha-Céu (ocupada por volta de 1965) e a ocupação recente, que fica ao lado do Morro do Arranha-Céu (ocupada no final de 1992 e início de 1993), que recebe o mesmo nome.

Apesar da Comunidade ser dividida, geograficamente, em quatro áreas, resgatou-se seu histórico num todo enfatizando suas características gerais.

A Vila Aparecida fica localizada próxima à Via Expressa BR 282, ao lado do terreno do Grupo Cassol, no Continente. Para chegar ao local, existem dois acessos: pelo bairro Coqueiros, através da Rua Pascoal Simone, ou pelo bairro Abraão, através da Rua Prof^a. Rosinha Campos e Rua da Fonte, que pertence à Vila.

Sua área total é de aproximadamente 48.850 m², onde o relevo é irregular com declividades medianas.

Seus moradores são, em sua maioria, procedentes do planalto catarinense e de regiões próximas da capital, Florianópolis

Uma moradora do lugar, há 30 anos, mesmo com seus lapsos de memória, devido aos seus 92 anos de idade, nos relata:

Conceição (entrevistada em 20/09/95).

“(...) eu morava em Santo Amaro da Imperatriz antes de vim prá cá (...).”

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

“antes de vim prá Florianópolis, eu morava em Imbituba, eu sou de lá, né (...).”

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

“eu vim de Bom Retiro, perto de Lages, de Lages vim pro Roçado (...).”

Antes de chegar à Vila Aparecida, muitos moradores fizeram algumas peregrinações dentro da capital. É o que constatamos através dos relatos a seguir:

Conceição (entrevistada em 20/09/95).

“Quando eu vim de lá prá cá, eu morei no Itacorubi (...), depois alugamos uma casinha em Coqueiros prá depois chegá aqui”.

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

“(...) vim pro Roçado e depois pro Abraão, mas fiquei pouco tempo nesses lugares; depois, é que eu vim prá cá.”

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

“Quando vim prá Florianópolis, eu morei primeiro no Morro do Mocotó, não fiquei lá um mês, depois vim prá Vila”.

Os que chegam na cidade empregam-se em atividades não permanentes, mas afirmam que a cidade oferece mais oportunidades. “... conclui-se que a busca de emprego público ou privado nas cidades foi o principal impulsionador das migrações”. Olinger (1991 : 30)

Sobre o assunto nos relata:

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

“(...) o que tráz a gente prá cidade é o desemprego né, porque prá quem mora no interior, é difícil, e quem mora na cidade é mais beneficiado (...), prá quem mora no interior, o serviço da lavora não dá, então a gente vem à procura de emprego (...)”.

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

“O que fez eu sair de Bom Retiro é que lá era roça, lavoura só tinha serviço na época de colheta, então quando não tinha serviço a gente passava trabalho prá sobrevive (...)”.

A Vila Aparecida originou-se, efetivamente, a partir da Rua Fermino Costa, que naquela época, era a principal rua da Vila, de chão batido, tinha seu início ao lado da Via Expressa, onde as pessoas iam ocupando o lugar gradativamente. Segundo o que nos coloca:

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

“(...) quando eu vim prá Vila, o primeiro lugar que eu morei foi na Fermino Costa (...)”.

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

“Depois que eu vim prá, cá eu morei de aluguel, aluguei uma peça aqui na Fermino Costa lá embaixo (...)”.

Conceição (entrevistada em 20/09/95).

“(...) a gente chamava aqui de Fermino Costa porque era onde tinha mais casas na época (...)”.

Na década de 60, a cidade de Florianópolis, como as principais cidades catarinenses e brasileiras, sofrem os impactos do processo de transformação, que se acelera.

A nação passa por uma mudança brusca, originária do processo de transformação ligada à expansão dos países capitalistas. Face a esse processo, bairros próximos à área em análise, como Coqueiros e Abraão, começaram a se urbanizar.

“Abrem-se ruas, retalham-se chácaras, dividem-se sítios em lotes urbanos, constrói-se para ganhar.” Deeke (1991 : 08).

Entretanto, sua periferia não possuía o mínimo de infra-estrutura básica para os migrantes que ali chegavam.

É o que nos relata:

Conceição (entrevistada em 20/09/95).

“Aqui não tinha água, não tinha luz (...); a luz era com aquela lamparina com querosene “pomboca” como eles tratam (...). a água era da fonte, a gente ia pegá lá do outro lado”.

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

“aqui não existia água, não existia luz, não tinha nada, quando eu vim morá aqui (...) . A gente usava vela, lamparina com querosene aquelas “pomboquinhas”; depois que tinha aqueles lampiões de vidro, aí melhorô mais”.

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

“(...) o pessoal ia pegá água na fonte prá tomá, porque não existia água encanada; existia pouca casa que tinha luz, a luz elétrica não tinha avançado em todas as casas”.

Com o forte impulso migratório, principalmente nas décadas de cinquenta a sessenta, as favelas vão crescendo e transformando a paisagem natural do lugar. Devido à ocupação desordenada, a vegetação natural desapareceu, dando lugar apenas àquela plantada nos quintais.

Segundo o que nos relata:

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

“(...) quando eu cheguei, ali existia uma lagoa, o pessoal pescava, tomava banho (...), ali no bar do Hamilton, ali era uma fonte que se lavava roupa (...), onde hoje é o ponto final do ônibus, ali era outra fonte que o pessoal ia pegá água prá tomá (...) era tudo mato, mas com o tempo, o pessoal começô a vim de longe, fazendo ocupação, aí foi acabando tudo.”

Conceição (entrevistada em 20/09/95).

“Aqui era tudo mato, tinha muito capim graxa, tinha criação de cabra (...), tinha fonte aonde a gente lavava roupa e a outra de pegá água prá bebe (...), aí foi pontiando casa, agora tá exagerado.”

Jesus (entrevistado em 18/10/95).

“(...) ali, aonde que é a creche, era uma fonte antes, era uma baixada, bastante mato alto assim, não tinha nenhuma casa (...); com o tempo foi chegando gente e ficou tudo cheio.”

Com a forte expansão migratória no país, na década de 60 particularmente em Florianópolis, começa a expandir-se, a indústria da construção civil é o principal fator de atração do meio rural para as cidades, onde a maioria dos homens passam a exercer esse trabalho, e, no caso das mulheres, trabalham como faxineiras, cozinheiras e domésticas.

Segundo nos relata:

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

“(...) sou mãe solteira; daí eu resolvi vim embora, eu trabalhei muito de doméstica (...) trabalhava o tempo todo (...)

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

“(...) aqui, sempre tem uma faxina a mais prá fazê, o marido trabalha nas construção civil, né (...)

Entre os anos de 1969 a 1974, a economia brasileira cresce em ritmo acelerado; seria o período do chamado “milagre econômico”.

As cidades do país vão crescendo e se expandindo. Florianópolis sendo capital do estado de Santa Catarina, não fica alheia a esse crescimento.

Na medida em que a cidade e seus bairros foram se expandindo, surgiu a necessidade de unir cada vez mais a ilha ao lado continental. A primeira ponte construída foi a ponte Hercílio Luz, concluída em 1926, e a segunda foi a ponte Colombo Machado Salles, concluída em 1975. Na construção da segunda ponte, várias pessoas que na época migraram para a capital, tiveram oportunidades de emprego.

Sobre o assunto é o que nos relata:

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

"(...) a construção da ponte Colombo Salles eu peguei no início; eu até trabalhei na cantina, ajudava na cozinha (...); então só tinha a Hercílio Luz; era a única ponte que tinha, então prá construção dessa, veio muita gente de longe. Eram 1.700 homens que faziam refeição na cantina; eles paravam nos acampamentos que tinha né tinha gente do norte, de Lages, de todo lugar."

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

"(...) meu marido trabalhô na construção da ponte Colombo Salles bastante tempo; ele era armador de ferro, agora ele tá aposentado. Na época da ponte, muita gente que tava desempregada, trabalhô lá (...); essa construção deu emprego prá muita gente."

Nos anos cinquenta com o desenvolvimento da Capital, particularmente na Ilha, tornou-se necessária sua expansão resultando no crescimento do lado continental da mesma, principalmente no bairro Estreito (antigo distrito de João Pessoa). Antes da construção da Via Expressa, o bairro de Coqueiros fazia parte do Estreito, onde se concentravam as indústrias e o comércio atacadista pesado, especificamente, o comércio de madeira.

Sobre o assunto nos relata:

Nunes(entrevistada em 07/10/95).

"(...) aqui, antes, quando eu cheguei, era uma madeireira da Cassol. Esse chão que a gente vê aqui era tudo madeira, tinha muito pernilongo, porque a madeira ia apodrecendo; então, depois, eles mudaram lá prá Campinas (...)".

A construção da Via Expressa BR 282 que liga a cidade de Florianópolis diretamente à rodovia BR 101 fez com que, na época, muitas famílias fossem retiradas do local, não se sabendo ao certo para onde foram transferidas.

No entanto tem-se observado que as famílias voltam a morar o mais próximo possível da cidade, pois, na maioria das vezes, a moradia fica próxima do lugar onde trabalham e não precisam utilizar meios de transporte para se locomoverem.

Em relação ao assunto, nos relata.

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

"(...) Antes de construir a via expressa, era tudo povoado; a Vila era junto com Capoeiras, a Rua Paula Ramos era que ligava a Vila até Capoeiras eu ia trabalhar a pé ou então pegava o ônibus em Capoeiras, depois é que a Via Expressa cortô (...)".

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

"Capoeiras, naquela época, era junto com a Covanca (atual Vila Aparecida) aí, com a construção dessa rodovia que separô tudo; era bom, quando táva tudo junto, porque hoje, prá ir trabalhá, tem que atravessar a Via Expressa, e tem tido bastante acidente (...)".

Trabalhar a questão social no país nunca foi uma das principais prioridades para os governantes. No período em análise, o Estado assume uma política desenvolvimentista, em prejuízo da política social brasileira.

O Estado assume o atendimento das classes oprimidas numa perspectiva de aliviar tensões e garantir a manutenção da ordem estabelecida.

Nas últimas décadas, a ajuda fornecida aos mais pobres era feita por um viés mais filantrópico e por políticos que tratavam a questão social (pública, responsabilidade do Estado) como uma questão privada, através do paternalismo

(ações que tornam o cidadão dependente, ao invés de lhe dar meios para que garanta sua própria sobrevivência) ou através do clientelismo (quando o político usa a assistência para conseguir votos). Essas ações isoladas vêm estimular o individualismo; isto é, o não se fazer uma ação coletiva para o benefício de todos.

Em relação ao assunto exposto, nos relata:

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

"(...) Eu lavava prô ex deputado Afonso Guides (falecido)...; um dia ele mandou me chamá e perguntou se era muito longe prá ligá a luz prá minha casa, ele preferia que eu lavasse e passasse a roupa em casa, né. Então ele pediu prá mim vê na CELESC um orçamento prá vê o que precisava e quanto ia gastá prá botá luz até em casa (...). Quando eu fui fazê o orçamento, na CELESC, eles não viêro aqui vê, eles foram direto na casa do dotor Afonso, porque eu disse que trabalhava prá ele, foram lá prá sabê onde era a minha casa. Então, no outro dia, eles vieram já com os fios as lâmpadas, tudo (...)"

Conceição (entrevistada em 20/09/95).

"(...) a gente aqui no morro não tinha ajuda de ninguém, só uma vêz que veio um político; agora, eu não lembro o nome dele, que me deu um dinheirinho prá mim terminá a casinha que eu táva fazendo"

Como foi mencionado no primeiro capítulo, as décadas de sessenta/setenta foram marcadas por períodos de repressão, um exemplo foi o golpe de 64, impossibilitando a participação da população brasileira no processo político do país.

Durante algum tempo, a população brasileira ficou apática, sem participação; mais, ainda, ficaram os que sempre foram excluídos do processo.

Apenas em meados dos anos setenta, os moradores que vivem nas periferias das grandes cidades começam a receber os agentes externos (pessoas que não vivem na comunidade, na favela, geralmente são, religiosas, seminaristas e profissionais da área social) que, por sua vez, começam a organizar a população para reivindicar seus direitos básicos (creche, posto de saúde etc.).

Na Vila Aparecida, a organização propriamente dita ocorreu com a vinda das Irmãs da Congregação Fraternidade Esperança já no final da década de setenta (1979). Essa congregação desenvolvia trabalhos nas comunidades da ilha: Mont Serrat, Saco dos Limões, Morro do Mocotó e Morro da Caixa, e no continente: Morro do Flamengo e Vila Aparecida.

É o que nos relata

Jesus (entrevistada em 18/10/95).

“(...) desde que as Irmãs vieram prá cá, elas começaram a dar muita força, tinha curso de alfabetização (...)”

Nunes (entrevistada em 07/10/95).

"Com a vinda das irmãs é que cresceu mais a comunidade, né?, a gente começou a fazê o jardim, o pessoal começou a se mobilizar mais (...)".

Após a década de 60 a igreja latino-americana toma mais consciência do estado de pauperização por que passam as classes populares, especificamente, no continente latino-americano.

Através do Documento de Medellín (1968) e do Documento de Puebla (1979), a Igreja Católica assume sua opção preferencial pelos mais pobres. A nova linha de ação da Igreja vem expressa na Teologia da Libertação, como proposta de transformação social. As Comunidades Eclesiais de Base - CEB's seriam uma das formas de ligação direta da igreja com a população pauperizada.

As CEB's dão origem á várias congregações ligadas aos setores progressistas da Igreja, desligando-se totalmente dos setores tradicionais da mesma. Nessa época surgem profissionais comprometidos com o trabalho de conscientização da classe mais oprimida.

Também por essa época a pedagogia cria novas concepções de trabalho ligados ao método educativo inserido no meio popular. Um desses profissionais foi Paulo Freire que propôs no início de 60 a 64 um método conscientizador. Ele

utilizava o método educativo para a libertação através da alfabetização conscientizadora.

Nesse momento unem-se à nova proposta pedagógica de Paulo Freire à concepção de CEB's pois ambas trabalhavam pelos mesmos objetivos.

Nessa época os trabalhos com as religiosas na Vila Aparecida iniciam-se prioritariamente pela alfabetização.

As décadas de 60/70 são marcadas por essas mudanças que juntam-se a outros movimentos em decorrência na época, exemplo disso foram os movimentos hippes e feministas que de uma forma ou de outra vem repercutir no processo histórico brasileiro. Também nessa época a prática do Serviço Social passa por mudanças, "... o movimento denominado Reconceituação do Serviço Social, tendo como elemento básico a crítica ao modelo tradicional desenvolvido, importado da Europa e Estados Unidos da América. É considerado um movimento de revisão e crítica, numa tentativa de busca de cientificidade para o Serviço Social latino-americano com teorias próprias" (Ribeiro, et alli, 1984 : 22).

Ao finalizarmos esse capítulo devemos trazer para essa reflexão a importância de um resgate histórico para a prática profissional de Serviço Social, que se dá em primeira instância por apresentar a reconstituição da formação da Vila Aparecida. Ao subsidiar a prática profissional na medida em que

proporciona informações necessárias para desencadear ações conhecedoras da realidade aprofundada da mesma.

Outra questão relevante da importância desse resgate é trazer a tona os caminhos a serem seguidos pelo profissional de Serviço Social na indicação de ações ou mecanismos metodológicos que venham contribuir na criação e elaboração de propostas de trabalho em benefício da comunidade.

Cabe aqui colocarmos, também a importância do trabalho do Assistente Social juntamente com outros profissionais através de atividades interdisciplinares, na busca de novas formas de ação, no intuito de alterar a situação de pobreza da população marginalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a elaboração do trabalho de conclusão de curso foi bastante rica, pela oportunidade que nos proporcionou, de conhecer um pouco mais sobre a realidade brasileira nas últimas décadas, e principalmente do lugar onde realizamos nosso estágio.

Os fatos, os acontecimentos precisam ser desvendados, relacionar o objeto em estudo com a história, questionando o passado para entendermos o presente e projetarmos o futuro.

É de suma importância para o Serviço Social a categoria dialética da historicidade, única capaz de buscar a gênese de um fato e relacioná-lo com a história. Através da reflexão dialética o profissional de Serviço Social em sua

prática passa a conhecer mais sobre o que está colocado, partindo da aparência para a essência do real.

O Assistente Social antes de tudo deve ser alguém que pense e reflita com a população, ajudando-a a encontrar formas de ação em benefício da comunidade.

Gostaríamos de resaltar a importância do resgate histórico, não como sucessão de fatos lineares, mas com o propósito de vitalizar a memória da população. Pois uma população de "memória curta" é melhor manipulada, "a memória se torna supérflua em um mundo no qual o homem é tratado como mera função" (MATOS,)

Esse resgate histórico contribuirá para o processo de identidade da Comunidade, para a Associação de Moradores e seus membros, na medida que proporcionará ter documentado um pequeno esboço de sua história, de seu surgimento e de sua formação.

Em relação à instituição governamental da Prefeitura Municipal de Florianópolis, esse contribuirá no processo de conhecimento real da formação da Vila Aparecida, de seu surgimento, e fundamentalmente para entender o lento processo de desenvolvimento da Comunidade.

Deixamos como sugestão a continuidade desse resgate histórico até os dias de hoje, principalmente sobre o desenvolvimento da organização

comunitária na Vila Aparecida, pois o mesmo subsidiará futuros trabalhos sociais na área.

No decorrer da elaboração do referido trabalho, sentimos dificuldades devido à escassez de material sobre o crescimento das periferias do lado continental da cidade de Florianópolis. Mas acreditamos que a partir do material coletado, conseguimos fazer um pequeno "esboço" dessa realidade.

Diante da exposição da realidade socio-econômico e política dessas últimas décadas e o caminhar para o futuro, temos o desafio de encontrar um novo caminho a seguir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSSLE, Ondina Pereira. História da Industrialização Catarinense. Florianópolis, FIESC, 1988.
- CAMPOS, Cynthia Machado. Controle e Normatização em Conduas em Santa Catarina (1930 - 1945) São Paulo PUC, 1992. (Tese de Mestrado em História)
- CARENTES, Perfil das Áreas. IPUF, Coordenadoria de Planejamento Habitacional, 1993.
- CASTRO, Zulamar M^a. De Bittencourt e . Uma Incursão do Estado de Santa Catarina - Suas Particularidades em Relação ao País e Contribuições Explicativas ao Desenvolvimento de Comunidade. São Paulo: PUC, 1992 (Tese de Mestrado em Serviço Social).
- COHENE, Regina de Oliveira. Reorganização Comunitária: Uma Experiência Política com as Lideranças do Jardim Ilha Continente. Florianópolis: UFSC, 1993 (Trabalho de Conclusão de Curso).
- CORREA, Carlos Humberto P.. História Oral Teoria e Técnica, UFSC . Florianópolis 1978.

- DEEKE, Uta Gabriela. Transformação vista através do espaço construído do bairro de Coqueiros, Período de Quatro Décênios. 1950 - 1990. Florianópolis: UFSC, 1991 (TCC História)
- IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 2ª. Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977.
- KOWARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
- LOJHINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Editora Martins Fontes, SP, 1982.
- MARICATO, Erminia. Política habitacional no regime militar; do milagre brasileiro à crise econômica: Vozes, 1987.
- OLINGER, Glauco. Êxodo Rural: Campo ou Cidade? Florianópolis, ACARESC, 1991.
- PEREIRA, Nereu do Vale. Desenvolvimento e Modernização. Florianópolis. Editora Lunardelli, 1974.
- PIAZZA, Walter F.. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- RIBEIRO, Edaléa Maria & FERREIRA, Márcia. Uma Reflexão da Proposta Alternativa do Serviço Social na Formação de CEB, Desenvolvida no Morro da Penitenciária. Florianópolis: UFSC, 1984 (TCC).
- VEIGA, Eliane Veras da. Processo Histórico de Manutenção da Paisagem Urbana da Área Central de Florianópolis : 1850 - 1930. Dissertação de Mestrado em História UFSC 1990.
- VIEIRA, Evaldo. Estado e Miséria no Brasil. De Getúlio a Geisel - 1951/1978, 2ª. Ed. São Paulo : Cortez. 1983.

ANEXOS

ANEXO I
Perfil das área carentes - Ilha

IPUF - Coord. de Planejamento Habitacional - PERFIL DAS AREAS CARENTES - ILHA - 1993

No.	COMUNIDADES	No. FAMÍLIAS		No. PESSOAS		REDE DE ÁGUA		SISTEMA DE ESGOTO		REDE ELÉTRICA		ILUMINADO PÚBL.		DRENAGEM		COLETA DE LIXO		EST. CONSERVAC										
		TOTAL	CARENTES	TOTAL	CARENTES	OUTRO	INCOMP	COMPL	INCOMP	COMPL	INCOMP	COMPL	INCOMP	COMPL	INCOMP	COMPL	INCOMP											
1	BOFFO DO MACCO	362	257	1.537	1.105	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	159	99									
2	BOFFO DA MARQUINHA	367	311	1.578	1.337	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	239	82									
3	BOFFO SEPAR	500	366	2.160	1.536	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	70	295									
4	QUAR. LAURELINA CRUZ LEOS	-	32	-	126	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	30	-									
5	USINA CLARA/MONTECOR TOPP	93	82	413	366	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	45	37									
6	RUA JOSE BOITEUX	-	67	-	283	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	67	67									
7	R. ANGELO LAPORTA/ADUAC.	-	62	-	264	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	40	22									
8	BOFFO DO CEU	-	43	-	145	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	40	03									
9	BOFFO DO 25/NOVA TRENTO	152	126	648	542	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	151	93									
10	BOFFO DO PEREGAL	116	116	522	522	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	136	93									
11	BOFFO DO MORACIO	450	219	1.925	941	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	243	176									
12	VILA SANTA ROSA	126	126	630	630	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	122	110									
13	MORRO DA PENITENCIARIA	300	277	1.485	1.246	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	350	204									
14	SEBASTIANA I	-	105	-	477	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	105	45									
15	SEBASTIANA II	60	60	258	258	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	52	14									
16	CARVOEIRA	43	32	182	138	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	43	07									
17	PANTANAL	-	34	-	146	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	34	34									
18	BOFFO DA QUEIMADA	142	115	610	495	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	142	73									
19	BOFFO DA VILA OPERARIA	-	167	-	713	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	175	109									
20	BOFFO DO PIRAJUBAE	2.457	406	10.565	1.746	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	426	405									
21	BOFFO DO CARPECHE	124	104	547	459	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	124	72									
22	BOFFO DO QUILORZOTIAC.	85	61	366	262	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	85	45									
23	BOFFO DO ATAKESYS/GR.	80	68	344	292	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	80	25									
24	BOFFO DO VINC/S. GRANDE	-	120	-	516	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	120	82									
25	BOFFO DO BALADYS. GRANDE	-	62	-	266	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	62	43									
26	BOFFO DO JANGA/S. GRANDE	-	120	-	505	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	120	90									
27	BOFFO DOS REIS/INGLESES	26	24	112	182	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	26	21									
28	RUA DO SIRI/INGLESES	66	33	284	142	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	66	33									
TOTAL		5.578	3.594	24.139	15.539	11	08	14	06	19	02	01	05	22	03	14	11	07	21	00	20	05	18	05	24.051	2.455	1.135	501

LEGENDA

INCOMP = INCOMPLETA
 COMPL = COMPLETA
 PAUVI. = PAUVIENIACAO
 EST. CONSERVAC. = ESTADO DE CONSERVACAO
 PREC. = PRECARIO
 REG. = REGULARES
 NO. HABITAC. = NUMERO DE HABITACOES
 REDE ELÉTRICA - COMPLETA = Todas as casas possuem energia elétrica, através de relógio (contador) ou "rabicho".
 SISTEMA DE ESGOTO - NAO = Não ha' rede nem fossas septicas.
 - PARCIAL = Ha' rede parcial e/ou fossas septicas, e fossas negras.
 - COMPLETA = Ha' rede de esgoto com tratamento primario, ou os moradores utilizam fossa septica com sumidouro. (Ver esclarecimento na conclusao do relatório de Perfil).

ANEXO II
Perfil das áreas carentes - Continente

ANEXO III
Organograma

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA
PÚBLICA E CIDADANIA

DIVISÃO DE AÇÃO
COMUNITÁRIA

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
E PROMOÇÃO SOCIAL

DIVISÃO DE FORMAÇÃO
E APERFEIÇ. PROFIS.

UNIDADES
OPERACIONAIS